

**PRODUÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NA FAVELA:
ORALIDADE E ESCRITA
COMO PRODUTOS DE PRÁTICAS SOCIAIS LOCAIS**

Fábia de Castro Lemos (UNIGRANRIO)

fabiaclemos@gmail.com

José Carlos Sebe Bom Meihy (UNIGRANRIO)

jcarlosbm@hotmail.com

RESUMO

O espaço da favela pode ser o *locus* de construção da educação informal, notadamente quando se parte do tecido do cotidiano para observar as produções sociais desenvolvidas e mantidas pelo espaço. Identificar a natureza das práticas sociolinguísticas que envolve o uso da escrita e das redes de oralidades, podem determinar o papel e a relevância dos códigos de comunicação local (MARCUSCHI, 1997). Nesse contexto, nosso trabalho pretende discutir os códigos de comunicação da favela, partindo da observação dos códigos de escrita gravados na favela, e do conjunto de histórias orais, recolhidas no período de 2015-2017. A pesquisa foi realizada em uma favela do subúrbio da Zona Norte do Rio de Janeiro. Concluímos que as redes orais consolidam um arcabouço comunicativo que formam um mosaico tecido no e pelo cotidiano, que desvela o uso da oralidade mais evidenciado do que os códigos escritos. A escrita se revela como instrumento de semiótica (múltipla) das epigramas da favela, gravações nos muros de mensagens e pensamentos, emergindo signos de comunicação na perspectiva da língua como atividade situada na seara da bioescrita. Dessa forma, os códigos orais e escritos, apresentam múltiplas formas de manifestação, conexas às práticas sociais e históricas, desvelando a língua como fenômeno heterogêneo, tanto quanto a natureza do espaço da favela estudada.

Palavras-chave: Sociolinguística. Favela. Oralidade. Escrita.

1. Introdução

O presente trabalho discutiu os códigos de comunicação circulantes nas práticas sociais produzidas na Favela estudada, situada na periferia da Zona Norte do Estado do Rio de Janeiro. Partindo da observação das produções orais e escritas impressas no espaço, durante o tempo de pesquisa (2015-2017), com abordagem da história oral (NEHO/USP) como referencial teórico metodológico ao desenvolvimento do estudo.

O contato direto com a favela estudada proporcionou o contato com os códigos orais circulantes nos espaços, desvelado como produto direto das práticas sociais então pactuadas.

Como prelecionam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005, p. 42), o falar, ouvir ler e escrever são atos humanos que não se reduzem uns aos outros, mas que se rebatem uns nos outros, uma vez que o sentido original das palavras narradas, ouvidas, escritas e lidas não é jamais finito. Dessa forma, evidenciam-se na tessitura sociolinguística, emergindo, nas relações entre a fala e a escrita uma transcendência dos limites das respectivas configurações, concebidos assim, língua e texto, como práticas sociais.

Nesse sentido, a análise do espaço da favela evidenciou códigos de comunicação escritos nos muros que expressam pensamentos, sentimentos e ideias, consolidando uma produção semiótica, onde as paredes funcionam como papéis, que recebem as expressões circulantes na favela, consolidando uma rede de comunicação.

Essa prática social, a qual se compreendeu pela própria natureza das mensagens, denominar de “*epigramas da favela*”, que, embora, como aduz José Paulo Paes (1995, p. 61), reporte a arte rupestre, expressa marcas da resistência, conflitos sociais que marcam os espaços da favela e traça as articulações sociais de uma linguística bem apropriada por alguns moradores.

Analisar a fala e escrita na favela como práticas sociais locais, nos conduziu a estruturação do presente trabalho em três momentos: no primeiro, descrevemos *a escrita e a oralidade – práticas sociais e exercício de direito*, no segundo momento, abordamos *as epigramas* como expressão escrita no espaço da favela, e no terceiro momento, trazemos a *história oral*, externando os usos do tecido da oralidade na favela.

Desenvolvemos a análise dos dados, a partir das aduções de Luiz Antônio Marcuschi (1997), considerando a oralidade e escrita como práticas sociais que precisam ser cotejadas no meio estudado.

Avançamos ao entendimento da realidade como produtora da performance do indivíduo e suas construções sociais o que revela as epigramas como expressão de escrita e resistência, como o tear da oralidade, que revela a transmissão de tradições mantidas na favela até os dias de hoje, práticas sociais e culturais entre escrita e oralidade que produz saberes.

Concluímos que a oralidade e a escrita, demonstram-se como elementos cambiáveis na estrutura da favela, ora revelam-se como práticas sociais, outrora como exercício de direito, seja de resistência ou da

própria (sobre)vivência, consolidando a rede sociolinguística da favela, democratizada entre os arranjos escritos e orais, e assim integrada por todos, seja quem detém os círculos da escrita ou aqueles que mantêm na oralidade a estratégia de inclusão social.

2. Escrita e oralidade: práticas sociais e o direito de resistência

Na dicção de Luiz Antônio Marcuschi (1997, p. 122), “numa sociedade como a nossa, a escrita é mais do que uma tecnologia”. Se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia. A escrita e a oralidade podem ser vistos como elementos essenciais à própria sobrevivência, e ao exercício do direito, notadamente dos grupos reconhecidos socialmente como vulneráveis, fio condutor do exercício do direito de resistência.

O preclaro professor Jose Carlos Buzanello (2003, p. 27), profícuo estudioso do direito de resistência na legislação brasileira, afirma que:

O problema do direito de resistência, no sistema constitucional brasileiro, está colocado em dois aspectos: um, suscitado pela referência explícita, e outro, pela implícita. De um lado, o reconhecimento do direito de resistência operou-se pela via explícita em apenas algumas espécies: objeção de consciência (art. 5º, VIII c/c art. 143, § 1º, CF); greve “política” (art. 9º, CF); princípio da autodeterminação dos povos (art. 4º, III, CF). De outro lado, a construção constitucional elucida, de forma implícita, a materialidade da resistência.

No entanto, o exercício do direito de resistência não pode ser concebido apenas como um direito circunscrito ao rol taxativo e legal, mas precisa ser entendido como exercício fático da oposição de ações estatais que colocam em xeque o direito humano da dignidade e da vida, bem supremos tutelados pela Constituição Federal, numa perspectiva principiológicas e fundamental da norma constitucional.

Assim sendo, em espaços socialmente vulneráveis como a favela, o direito de resistência pode se mostrar um instrumento de freio e contrapeso a ações arbitrárias e truculentas do Estado, as quais violam a garantia fundamental e direitos individuais, abrangendo como possibilidade do exercício de tal direito, manifestações e expressões que, para além de serem entendidas como produção cultural do grupo, se alinha e dialoga com um instrumento lapidado para perquirir direitos.

A resistência de grupos socialmente vulneráveis encontra no exercício de direitos corporificados em diversas formas, meios de sobrevi-

vência. A literatura, atualmente tida como marginal, tendo como representante contemporâneo Ferrèz (2005), movimentos retratados por acadêmicos como Alfredo Bosi (2002), é espécie de escrita que tem se mostrado importante instrumento de resistência, notadamente emergindo histórias de vida das favelas.

Nessa vertente, a favela pode ser considerada um espaço de aprendizado diferenciado, consolidado nas relações comunitárias, emergindo um tipo de produção literária, que, na dicção de Ferrèz (2005, p. 27), é produzida pelo indivíduo que vive à margem da sociedade, do sistema social, carregando traços que conferem relevo a exclusão.

O cotidiano na favela, concebido como fonte de inspiração da escrita, pode ser observada como suporte da “cidade cultural, ou da cultura da favela”, devolvendo aos cidadãos cada vez mais diminuídos dos seus direitos, materialmente aviltados e socialmente divididos, sua identidade, a visibilidade social, mediante o reconhecimento de suas diferenças imateriais. (ARANTES, 1998, p. 152)

A favela em si, pode ser considerada o *locus* de resistência, se cojeitada sob o aspecto urbano e social, ou mesmo ser entendida como o substrato de reificação da literatura hegemônica que insiste em relegar e restringir os signos da favela meramente como espaços formados por ocupações irregulares.

Isso nos reporta a descrição exímia de Carolina Maria de Jesus¹⁸⁷ (1914-1977), externando a *favela como o quarto de despejo de uma cidade*, ou como Zygmunt Bauman¹⁸⁸ (1925-2017), lembrando a redundância dos excedentes humanos, dos *lugares em que se deposita o lixo*, separando o produto do refugio, os saberes e conhecimentos, as práticas sociais e culturais aceitas daquelas marginalizadas.

Nesse sentido, necessário se faz compreender a oralidade e a escrita muito além dos códigos a que estão circunscritos em si, mas como Luiz Antônio Marcuschi (1997, p. 120) que analisou as relações entre fala e escrita como fontes que transcendem os limites das respectivas codificações, mas concebidas – língua e texto – como práticas sociais *per si*.

¹⁸⁷ Aqui me refiro a obra de Carolina Maria de Jesus, mulher, negra favelada, que escreveu diários publicado como *Quarto de Despejo*.

¹⁸⁸ Referência a obra de Zygmunt Bauman, *Vidas Desperdiçadas*.

Seguindo essa linha de pensamento, ousamos aqui empreender compreensão que, partindo do pensamento de Luiz Antônio Marcuschi (1997), buscamos conceber na linguagem a comutação entre o ambiente da favela, como espaço educador informal e as práticas sociais, permeada na performance dos sujeitos e nos grupos que integram. Essa percepção consiste em agregar a linguagem como elemento cultural motriz, que ora consolida as práticas sociais em si, e noutras representam o produto dos pactos consignados no espaço, formando uma relação cíclica, contínua e progressiva.

3. *Epigramas – a escrita de resistência nos espaços da favela*

As epigramas, compreendidas como escritos saudosos e poéticos nos muros da favela, indica sempre a articulação do corpo, do sentido e das polarizações de (des)pertencimento com a favela e com a cidade.

Analisar tais produções envolve antes de mais nada, a ruptura das análises superficiais que reduzem esses escritos isolando-os no campo das pichações. Trata-se aqui de expressões que, na dicção de Paul Zumthor (2014), conduzem, a partir do empírico, a percepção sensorial do “literário”, induzindo a compreensão acerca da natureza do poético, ou seja, partimos da análise dos escritos para entender o escritor e sua literatura, como produtos da relação de seu corpo com a realidade vivida, que determina a relação do mesmo com o mundo.

Meu corpo é a materialização daquilo que me é próprio, realidade viva e que determina minha relação com o mundo. Dotado de uma significação incomparável, ele existe à imagem de meu ser: é ele que eu vivo, possuo e sou, para o melhor e para o pior. Conjunto de tecidos e de órgão, suporte da vida psíquica, sofrendo também as pressões do social, do institucional, do jurídico, os quais, sem dúvida, pervertem nele seu impulso primeiro. (ZUMTHOR, 2014, p. 27)

Nesse aspecto, a leitura das epigramas demanda a compreensão que transcende a mera decodificação de um grafismo, mas o entendimento dos elementos não informativos, sendo o caminho de recepção e leitura das epigramas, expressão do corpo social da favela.

A inscrição abaixo, gravada no muro da entrada da favela estudada, transmite a seguinte mensagem: [a nossa inteligência se transformou em criatividade. “Sagacidade 2010” aguardem!]. A simples leitura, não nos fornece subsídio para o entendimento do escrito.



Figura 1 – escritos na entrada da favela estudada

No entanto, a partir das observações locais, percebemos que foi um momento vivenciado pela favela de crescimento, de empreendedorismo, de expressões pintadas e escritas nos espaços, talvez tão proporcional com índice de evasão escolar, e desemprego, principais motivos que revelaram a necessidade de jovens e adultos encontrarem meios para subsistência de si e de seus familiares, fora da escola, e com isso, emergem expressões da criatividade local.

Nesse cenário de evasão escolar e desemprego, o empreendedorismo e a criatividade na favela surgem como alternativa, emergindo novos signos negociáveis e cambiáveis ao conjunto sociolinguístico local. Assim, as questões afetas a alfabetização, a escolarização e ao letramento passa a dialogar com as práticas sociais locais, gerando um arcabouço cultural próprio da favela. (ROJO, 2009, p. 102)

Assim, o código escrito, pode evidenciar um instrumento de exercício de direito de resistência, a partir das gravações nos muros da favela que revelam no tempo e espaço uma realidade local vivenciada eis que cada ideia e gravação são precedidas do dia, mês ou ano de gravação do evento ocorrido e marcado nos muros, determinando tempo, no espaço conector ao evento ali ocorrido.

Não obstante, o estudo das oralidades, consubstanciadas em narrativas, a partir dos signos áudio visuais do local, se demonstram igualmente relevante, emergindo como meio hábil de produção do conhecimento sobre o espaço da favela, revelando nas práticas sociais, a imanência dos códigos escritos e orais na favela e sua importância como instrumento de

inclusão social e construção do *ethos* que sustentam o arcabouço cultural do grupo social da favela estudada.

4. História oral de vida – tecido da oralidade na favela

A favela atualmente é constituída por vários grupos, a minoria com formação de nível superior que ainda se mantém nos espaços da favela pela afinidade com o lugar, com moradores e familiares que ali se encontram.

Outra parcela, responde pelo número de jovens e adultos, os primeiros, evadiram-se da escola ainda no primeiro grau, outros tantos, ainda lutam nos bancos escolares por um futuro melhor, alguns adultos, mais na faixa dos 50-80 anos, relatam muito pouco estudo em função das dificuldades enfrentadas ao longo da vida.

Esses dados, revelados na narrativa da educadora social da favela Tia Dadá, que não esconde a frustração pelo destino das crianças e jovens que tornam a evasão escolar uma prática crescente.

Muitas histórias de vida revelaram uma trajetória que se funde a história da favela, de sua criação, da urbanização, consolidando o mosaico étnico-cultural que o espaço agrega, entre migrantes que chegaram de outros estados do Brasil para o Rio de Janeiro, ou de outros países, como a Itália, vindos diretamente para a favela estudada. A evolução de suas vidas seguiu os passos da evolução da própria favela.

No tecido da oralidade, ficou evidenciado a(s) identidade(s) do espaço, na força da transmissão da tradição oral, como a manipulação e uso de plantas medicinais por mulheres e homens que transmitem o conhecimento, as benzedeiras, que também encontram nos códigos da oralidade, a possibilidade da transmissão de conhecimento, o que revela uma prática social que conecta a comunidade e o acesso a saúde complementar e antropológica.

É possível encontrarmos moradores que são alfabetizados sem terem frequentado a escola, tendo aprendido a ler e escrever com amigos e familiares. Outro que mesmo tendo frequentado a escola mantém severas dificuldades no uso e nos papéis da leitura, sabem pouco mais do que assinar seus próprios nomes, mas encontram meios de vivência na oralidade e inclusão tecnológica e social de forma intuitiva.

Para esses, a utilização de aplicativos para telefone como Whats-App, na função de mensagens de voz, ou a utilização de medidas no preparo de comida, ou mesmo na transmissão oral de ofícios como de pedreiros, de certa forma, encontraram na oralidade, formas de suprir as carências da escrita.

Isso porque, mesmo sem saber ler ou escrever algumas dessas pessoas sabem medidas, de massas para fazer obras, de tijolos para construir muros, o que pode ser compreendida como espécie de etnocomunicação.

Nesse sentido, a oralidade conduz a criação de formas diferenciadas de transmissão do conhecimento ensino e aprendizado na favela, fazendo circular o conhecimento por meio da primazia da oralidade, tomando como base as relações sociais estabelecidas no local.

5. *Considerações finais*

A observação das manifestações escritas e orais na favela nos leva a considerar e compreender que as experiências vivenciadas pelo grupo na favela podem gerar uma predisposição e motivação para o aprendizado através do cotidiano, externando concepções do espaço peculiar daqueles que vivenciam as dimensões do lugar, delineando traços da socio-lingüística dinamizada por meio do tecido das práticas sociais.

As práticas que expressam a relação entre o vivido e o representado demanda a ruptura de paradigmas epistemológicos, que ganham novos contornos na lógica das histórias orais de vida observadas na favela, as quais se fundamentam na diversidade, no espaço, na história e nas práticas instituídas como apropriação do espaço, e que precisam ser cotejadas numa perspectiva de projeto crítico a epistemologia reificada das favelas, rompendo com o colonialismo cultural. (MIGNOLO, 2003)

É desta forma que o meio, o espaço da favela se demonstra como agente sensibilizador, formador do processo cognitivo que mediará os diálogos, produzindo diversidades historicamente constituídas e socialmente refutadas, colimando verdadeiros embates de reconhecimento das produções, convergidas na possibilidade da(s) identidade(s) lingüísticas locais.

As relações entre as experiências pessoais, sociais e no trabalho, emergem um mote enriquecido de possibilidades que surgem na compre-

ensão das narrativas, e dos escritos, à medida que são levadas em conta para entender melhor o meio social constituído da favela, os modos de vida e produção, consolidam importante função na rede do processo de (re)conhecimento, é assim que a apreensão desses códigos como marca de todo arcabouço intelectual e cognitivo dos sujeitos, possibilita a o entendimento das práticas e saberes evocados pelo o grupo.

A compreensão da dimensão das práticas sociais reclama a concepção de uma visão ampliada de vida, mundo e sociedade, de um olhar mais humanístico que possa valorizar as manifestações populares de grupos e de seus saberes e práticas externadas, colimando para o arcabouço de uma cultura popular de periferia nas favelas que reclama reconhecimento rompendo os paradigmas culturais e epistemológicos dominantes. (SANTOS, 2000)

Reconhecer a diversidade comunitária consignado nas ações de promoção e valorização das práticas e saberes encontram na expressão individual e coletiva a criação de novos instrumentos próprios que utilizam a literatura, a música, a dança, a performance humana, a escrita e a oralidade, como elementos que instrumentalizam o exercício de direitos, consolidados no elemento sociolinguístico dos grupos sociais, compreendido como meio de igual importância que instrumentaliza o exercício de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Urbanismo em fim da linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: USP, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BUZANELLO, Jose Carlos. *Direito de resistência constitucional*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

FERRÊZ. (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 27.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. *Signótica*, Goiás, vol. 9, p. 119-145, 1997.

MCLUHAN, Marshall. Primeira parte. In: _____. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad.: Décio Pignatari. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MIGNOLO, Walter D. *Historias locais/projetos globais: colonidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PAES, José Paulo. *Poemas da antologia grega ou palatina*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad.: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naif, 2014.